

Participação de ministros marca trabalho de comissões permanentes

Ao todo, 14 ministros participaram de audiências no primeiro semestre, entre eles Paulo Guedes, da Economia.

Eles apresentaram projetos de suas pastas e responderam

a questionamentos dos senadores, que tem o papel de fiscalizar o Executivo, sobre assuntos diversos.

O ministro da Justiça, Sergio Moro, esteve duas vezes

na Comissão de Constituição e Justiça. A primeira para defender o pacote anticrime e a segunda para falar sobre as mensagens vazadas pelo site The Intercept Brasil. **3**

Jornal do Senado

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXV — Nº 5.153 — Brasília, sexta-feira, 19 de julho de 2019



No Planalto, Davi ressalta ação do Parlamento no 1º semestre

Em cerimônia dos 200 dias do governo Bolsonaro, presidente do Senado também destacou o diálogo entre Legislativo e Executivo e a produção recorde da Casa em 25 anos

Em cerimônia ontem no Palácio do Planalto que marcou os 200 dias do governo Bolsonaro, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, destacou a participação ativa do Congresso em todos os momentos da administração do país no primeiro semestre e ressaltou que, no período, o Senado teve a maior produção legislativa dos últimos 25 anos.

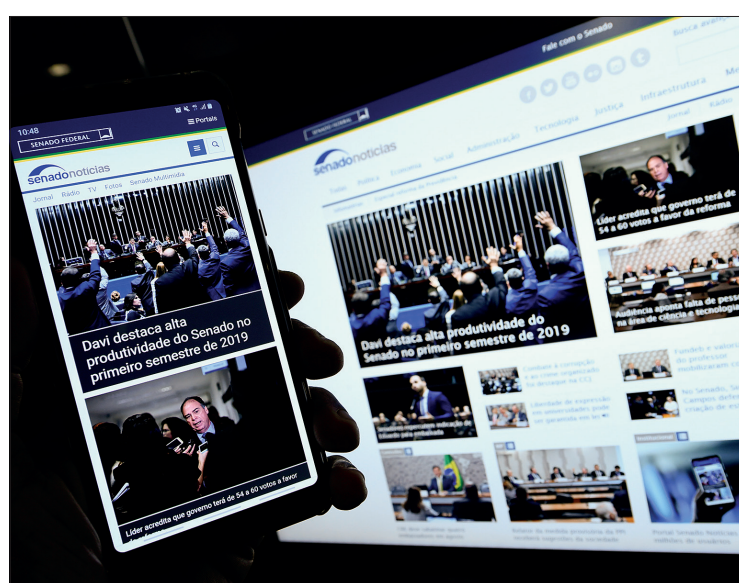
Bolsonaro agradeceu a Davi pela aprovação do selo que beneficia produtores de queijo e reiterou a intenção de indicar seu filho, deputado Eduardo Bolsonaro, para a embaixada do Brasil em Washington. **2**



Davi Alcolumbre sublinhou na cerimônia a necessidade de fortalecimento das instituições, segundo ele, condição fundamental para consolidar a democracia

Portal de notícias tem 96 mil visualizações por dia

No primeiro semestre de 2019, o Portal Senado Notícias registrou um aumento superior a 50% na quantidade de usuários e na visualização de páginas. Segundo o Google Analytics, o número de usuários de janeiro a junho, quando comparado ao mesmo período do ano passado, passou de 5,5 milhões para 8,68 milhões. O número de visualizações de páginas cresceu de 11,3 milhões para 17,3 milhões. Para a Secretaria Agência e Jornal do Senado, os dados revelam o reconhecimento da qualidade e da credibilidade do serviço. **2**



No semestre, o número de usuários cresceu 57,75% e o de visualizações, 52,94%

Produtor rural foi foco da Comissão de Agricultura

Uma das prioridades da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no semestre foi a votação de projetos que beneficiaram produtores rurais. Presidido por Soraya Thronicke, o colegiado também aprovou propostas sobre preservação ambiental e defesa agropecuária. **4**

Novo plano de desenvolvimento regional deve ter base em debates

Na avaliação do presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Izalci Lucas, as audiências públicas marcaram os trabalhos do colegiado no primeiro semestre, pois ofereceram bases para a apresentação do novo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. **4**

JOVEM SENADOR 2019

ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

Contato: (61) 99187-2248
/SENADOFEDERAL
0800 612211

Jovem Senador 2019



Davi Alcolumbre destaca a alta produção do Senado no primeiro semestre, a maior nos últimos 25 anos

Davi destaca diálogo entre Parlamento e Executivo

Presidente do Senado participou da cerimônia pelos 200 dias do governo Bolsonaro e reafirmou a participação do Parlamento em todos os momentos da administração do país no primeiro semestre

NA CERIMÔNIA DE ontem que marcou os 200 dias do governo de Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, destacou a participação ativa do Parlamento em todos os momentos da administração do país no primeiro semestre. Davi ressaltou a aprovação da proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019), em primeiro turno, pela Câmara.

— A Câmara dos Deputados e seu presidente, Rodrigo Maia, deram uma demonstração de grandeza do Parlamento brasileiro quando acolheu a mensagem do Executivo. Essa reforma é a possibilidade de equilibrarmos as contas públicas e darmos tranquilidade jurídica para bilhões e bilhões de reais serem investidos no Brasil, reaquecermos a economia e gerarmos empregos.

A maior produção legislativa do Senado nos últimos 25 anos, com o trabalho dos senadores nas comissões e a relação constante com o Executivo por meio dos líderes, também foi apontada por Davi.

— A fórmula do diálogo,

do entendimento, da conciliação foi a fórmula com a qual conseguimos ultrapassar barreiras. O Congresso está conciliado com o povo brasileiro, com a vontade do povo brasileiro expressada nas urnas.

Instituições

O presidente do Senado ainda ressaltou a importância do fortalecimento das instituições.

— Minha presença [na cerimônia no Palácio do Planalto] é a presença do Parlamento brasileiro. É a presença do diálogo, do entendimento, é busca dos consensos. Temos 210 milhões de brasileiros esperando as respostas que só nós poderemos dar pelos próximos quatro anos. Inevitavelmente só nós temos as ferramentas para mudar as vidas das pessoas. As decisões são da política, da boa política. Só o fortalecimento do Poder Judiciário, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, só com essas instituições fortes é que nós poderemos, de fato, dizer que vivemos em uma democracia consolidada.

Davi recebeu os agradeci-

mentos de Bolsonaro pela aprovação no Senado do Selo Arte, que beneficia os produtores de queijo artesanal no Brasil.

Embaixada

Bolsonaro também reiterou a intenção de indicar o filho, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), para chefiar a embaixada brasileira nos Estados Unidos.

— Essa possível indicação passo ao Davi Alcolumbre, está com vocês. Eu não tenho autoridade para isso. Ela vai para lá, passa pela Comissão de Relações Exteriores e depois pelo próprio Plenário do Senado. Até porque a sabatina vai ser feita com rigor, tenho certeza disso, é que ele vai ser aprovado — disse Bolsonaro.

Questionado pelos jornalistas sobre a possível indicação, Davi disse que vai aguardar a designação formal.

— Como presidente do Senado, vou receber a mensagem e encaminhá-la. Eu nem voto, os demais senadores é que vão ter que votar. Primeiro os 18 senadores na comissão e depois 80 senadores no Plenário — respondeu.

Portal de notícias do Senado chega a 8,68 milhões de usuários

O Portal Senado Notícias fechou o primeiro semestre com um aumento superior a 50% tanto na quantidade de usuários quanto na visualização de páginas. Os dados, do Google Analytics, representam, para a Secretaria Agência e Jornal do Senado (Sajs), um reconhecimento da qualidade e da credibilidade do serviço.

O número de usuários de janeiro a junho de 2019, quando comparado a idêntico período do ano passado, aumentou 57,75%. Passou de 5,5 milhões para 8,68 milhões. Já o número de visualizações de páginas registrou alta de 52,94% (de 11,3 milhões para 17,3 milhões). A média diária passou de 62,7 mil para 96 mil.

— Levando ao cidadão notícia importante com credibilidade, a gente consegue contribuir para o fortalecimento da democracia e das instituições — declarou Flávio Faria, diretor da Sajs.

O dia com mais acessos no ano foi 2 de fevereiro, data

da eleição do presidente do Senado e dos membros da Mesa. Foram mais de 360 mil visualizações. A matéria mais acessada de 2019, com mais de 240 mil acessos até agora, é “Reforma da Previdência reduz valor de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez”.

Faria reconheceu que o volume e a rapidez do aumento surpreendeu a equipe, o que motivou uma autoanálise criteriosa. Um dos fatores apontados foi a renovação desta legislatura, com senadores mais ativos nas redes sociais. O diretor ainda destacou o trabalho de mídia cruzada, em que a equipe do Núcleo de Mídias Sociais da Secretaria de Comunicação Social (Secom) utiliza material do portal de notícias para fazer divulgação. O terceiro fator é o sistema de notificações (*push*), implantado em junho, que envia ao usuário mensagem perguntando se ele deseja receber no computador as notícias do Portal do Senado.

Texto veta cobrança de serviços de água, luz e esgoto suspensos

As concessionárias de serviços públicos de água, luz e esgoto só poderão cobrar por aquilo que for efetivamente contratado. É o que determina o substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 19/2015) apresentado a projeto de lei do ex-senador Luiz Otávio (PLS 79/2002).

O texto está pronto para ser incluído na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto é relatado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), favorável à aprovação.

Em caso de suspensão, o consumidor não poderá ser cobrado. A proposta proíbe a cobrança por serviço que não tenha sido utilizado ou pela oferta de energia, gás canalizado, água e coleta de esgoto que não tenha sido contratada pelo usuário.

A cobrança de tarifa para

cobrir o custo de disponibilização dos serviços de energia, gás canalizado, água e coleta de esgoto é autorizada pelo projeto, que permite a cobrança sobre coleta de esgoto mediante a prestação do respectivo serviço.

O projeto altera a Lei 8.987, de 1995, para vedar a cobrança de tarifa relativa a serviço não efetivamente prestado.



Pedro Franco/Agência Senado — 27/6/2019

Projeto relatado por Bezerra evita despesas ao consumidor

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado ouviu Guedes e Moro no 1º semestre

Ao ouvir ministros sobre propostas, denúncias e medidas polêmicas, a Casa cumpre uma de suas atribuições previstas na Constituição: a de acompanhar e fiscalizar atos do Executivo

NO PRIMEIRO SEMESTRE de 2019, o Senado recebeu ministros em audiências públicas e cerimônias. Eles compareceram a comissões para apresentar os planos e perspectivas do governo e também para prestar esclarecimentos.

Ao questionar ministros sobre propostas da Presidência da República, medidas polêmicas ou denúncias envolvendo membros do governo, por exemplo, o Senado cumpre uma de suas competências prevista na Constituição: a de fiscalizar e controlar os atos do Executivo. A atribuição de requerer informação a ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão subordinado à Presidência também é prevista no Regimento Interno do Senado Federal.

Os convites feitos aos ministros mostram ainda uma busca de diálogo entre o Legislativo e o Executivo. Um exemplo foi a cerimônia de assinatura de uma portaria do Ministério da Saúde feita no Plenário do Senado. O ministro Luiz Henrique Mandetta assinou em abril, durante reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no Plenário, a portaria de incorporação do medicamento nusinersena (Spinraza) na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais do SUS. O remédio, que deve ser distribuído gratuitamente a partir de outubro, é indicado para pacientes com amiotrofia muscular espinhal (AME), doença rara que compromete o funcionamento de músculos e órgãos.

Em março, Mandetta esteve no Senado para audiência da CAS e ouviu o depoimento de pacientes que precisam do remédio de alto custo para sobreviver. Um frasco do medicamento chega a custar R\$ 200 mil.

Para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a participação dos ministros é fruto da renovação política que o país experimentou nas últimas eleições.

— É uma nova legislatura, um novo Parlamento, um novo governo, são novos ministros. E o Congresso e o Senado têm trabalhado muito.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, esteve duas vezes no Senado. A primeira, no dia 27 de março, para defender o pacote de projetos anticrime. Disposto a acelerar a votação de suas propostas, o ministro disse não se opor à possibilidade de tramitação ser iniciada no Senado para que a Câmara atue como Casa revisora. Por quase seis horas, o ex-juiz participou de uma audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), atendendo requerimento do senador Lasier Martins (Podemos-RS).

O ministro defendeu a possibilidade de prisão de condenados após o julgamento em segunda instância, sem a necessidade de esperar o último recurso ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Moro também afirmou que é a favor da redução da maioria penal para 16 anos para crimes considerados graves. O ministro alegou ainda que o presidente Jair Bolsonaro foi eleito com a promessa de flexibilizar o Estatuto do Desarmamento e agora está cumprindo seu compromisso com a população.

O vazamento de conversas entre procuradores da Lava Jato e Moro, quando ele ainda era juiz, motivou a segunda

vinda do ministro ao Senado, dessa vez em junho e por iniciativa própria. Conforme divulgado pelo site The Intercept Brasil, as supostas conversas mostram Moro combinando medidas e ações com representantes do Ministério Público. A prática é vedada pela legislação.

A audiência na CCJ durou quase nove horas, o que levou ao cancelamento da ordem do dia no Plenário. Vários senadores questionaram a parcialidade de Moro como juiz e criticaram sua atuação. Segundo Moro, não houve ilegalidade ou conluio no processo que condenou o ex-presidente Lula. Ele chamou o vazamento de sensacionalismo e afirmou não ter apego ao cargo de ministro da Justiça.

Previdência

O ministro da Economia, Paulo Guedes, compareceu ao Senado em março para defender a aprovação da reforma da Previdência (PEC 6/2019). Ouvido na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Guedes afirmou que a situação da Previdência pode “implodir” a máquina pública e exaltou o papel do Congresso na construção de uma solução.

— Nosso sistema previdenciário está quebrando antes de a população envelhecer. O deficit aumenta em golfadas de R\$ 40 bilhões por ano. O Brasil vai explodir muito rapidamente do ponto de vista fiscal. Não é uma ameaça, é uma projeção. Essa bola está com o Congresso — declarou Guedes.

O ministro também defendeu o controle dos gastos públicos, disse que a reforma da Previdência precisa ser aprovada com urgência e prometeu um pacto federativo com descentralização de recursos a favor de estados e municípios.

Em março, o ministro da Cidadania, Osmar Terra, afirmou na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) que a Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313, de 1991), conhecida como Lei Rouanet, é positiva para o país, mas precisa ter uma melhor aplicação. Terra disse que a lei naturalmente leva grandes bancos, por exemplo, a patrocinar artistas já reconhecidos pelo público. Artistas do Nordeste captam apenas 4% dos incentivos, afirmou.

Em audiência na Comissão de Infraestrutura (CI), em março, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, definiu as metas prioritárias de sua pasta: o aprimoramento das leis e normas que tratam da estruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM), do aumento da competitividade do gás natural e da segurança de barragens.

A atuação coordenada para a segurança de barragens também foi tema do ministro do Desenvolvimento Regional. Em fevereiro, Gustavo Canuto falou à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre as linhas de ação da pasta. Ele disse que o governo vai encaminhar ao Congresso, até agosto, planos de desenvolvimento produtivo de cada região do país para os próximos cinco anos.

Já no fim de junho, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, anunciou a retomada de obras nas Ferrovias Transnordestina e Norte-Sul. Em audiência na CI, ele falou também



Sergio Moro, a presidente da comissão, Simone Tebet, e o vice-presidente, Jorginho Mello

sobre as obras do contorno da Grande Florianópolis e em rodovias como a BR-381 e a BR-153.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, compareceu à Comissão de Meio Ambiente (CMA), em março. Ele se mostrou cético quanto à ação do homem como principal causa do aquecimento global e minimizou a liberação de 54 novos agrotóxicos.

Em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em abril, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, negou que tenha participado de um esquema de candidaturas laranjas no PSL, em Minas Gerais, para desviar dinheiro do Fundo Partidário.

Em maio, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, compareceu à CE, em meio à onda de protestos contra os cortes de recursos das universidades públicas. Ele negou cortes de verbas para educação, declarando que havia apenas “contingenciamento de recursos”.

Mulher

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, falou à Comissão de Direitos Humanos (CDH) em fevereiro sobre declarações polêmicas, como a de que o Brasil seria o pior país para criar meninas. Ela foi questionada, entre outros pontos, sobre as políticas da pasta para questões como a violência contra a mulher e os direitos de idosos, LGBTIs, povos indígenas e negros, além da regulamentação do ensino domiciliar, proposta pelo governo.

Também em fevereiro, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, defendeu na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) a mudança na legislação para facilitar a produção mineral e agrícola nas terras indígenas. Ela afirmou ainda que o atual modelo de licenciamento ambiental prejudica a agricultura.

Em abril, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) recebeu o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva. Ele disse que o Brasil apoia o governo interino encarregado da Venezuela, na figura do presidente da Assembleia Nacional daquele país, Juan Guaidó, mas é contra a realização de qualquer intervenção ou interferência na nação vizinha.

No mesmo mês, a CRE recebeu o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para quem o Brasil não está em alinhamento automático com os Estados Unidos nem com o governo de Donald Trump, mas busca uma parceria intensa, profunda e integral com aquele país em muitas áreas.

Diálogo com o Executivo

Ao longo do semestre, vários ministros foram ouvidos em comissões do Senado

	21 de fevereiro Damare Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) na CDH
	27 de fevereiro Tereza Cristina (Agricultura) na CRA
	27 de fevereiro Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional) na CDR
	19 de março Osmar Terra (Cidadania) na CE
	26 de março Bento Albuquerque (Minas e Energia) na CI
	27 de março Ricardo Salles (Meio Ambiente) na CMA
	27 de março Paulo Guedes (Economia) na CAE
	4 de abril Ernesto Araújo (Relações Exteriores) na CRE
	10 de abril Marcelo Álvaro Antônio (Turismo) na CDR
	11 de abril Fernando Azevedo e Silva (Defesa) na CRE
	24 de abril Luiz Henrique Mandetta (Saúde) em reunião da CAS no Plenário
	7 de maio Abraham Weintraub (Educação) na CE
	4 de junho Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) na CI
	19 de junho Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública) na CCJ

Colegiado aprovou benefícios a agricultores

No primeiro semestre, foram 12 projetos aprovados pela Comissão de Agricultura, entre eles o de incentivo à produção com preservação ambiental na Amazônia

BENEFÍCIOS A PRODUTORES rurais, transparência nas normas sobre defesa agropecuária e incentivos para a produção com preservação ambiental na Amazônia foram alguns dos principais temas de projetos aprovados pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) no primeiro semestre do ano. Foram 17 reuniões, 12 projetos aprovados e 9 audiências públicas para discutir temas de interesse da agricultura.

— Sabemos que o agro é a força motriz da economia no nosso país e a economia é o que nós queremos trabalhar. Nós estamos fazendo de tudo para aprovar o máximo de projetos, pedindo regime de urgência, e graças a Deus está dando certo. O Plenário tem abraçado essa pauta. A pauta econômica é de todos os partidos, é uma pauta do povo brasileiro — afirmou a presidente da comissão, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS).

Entre os principais projetos aprovados pela comissão, está o que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) insumos e equipamentos destinados à produção de leite e derivados. O objetivo é estimular a modernização da pecuária leiteira diante do aumento da demanda por investimento e eficiência.



Luis Carlos Heinze é vice-presidente da Comissão de Agricultura, que tem Soraya Thronicke na presidência

De acordo com o PL 575/2019, do senador Alvaro Dias (Podemos-PR), caberá ao Ministério da Agricultura discriminar os produtos cobertos pela isenção de IPI, que poderão abranger máquinas, instrumentos, peças de reposição, acessórios e matérias-primas. O texto ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Queijo

Ainda com relação aos derivados de leite, a CRA aprovou proposta que estabeleceu novas regras para a produção e a venda de queijos artesanais e reduziu a burocracia que pequenos produtores enfrentam para oferecer o produto em todo o território nacional.

Dos deputados Alceu Moreira (MDB-RS) e Zé Silva (SD-MG), o PLC 122/2018 foi aprovado pela CRA, em maio, e pelo Plenário, em junho.

Uma das principais inovações destacadas pelos senadores na discussão do projeto foi a permissão para a produção de queijo a partir do leite cru, que não passa por processo de pasteurização ou esterilização. A mudança, segundo parlamentares, permite ao produtor de queijo artesanal vender sua produção no mercado interno e competir com o mercado de queijos importados e elaborados a partir do leite não pasteurizado do produtor estrangeiro, para o qual não são cobradas exigências adicionais.

A CRA também aprovou pro-

yecto do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) que institui incentivos fiscais e financeiros para produtores rurais na Amazônia Legal que mantenham preservado o percentual de vegetação natural exigido pela legislação. O PLS 376/2017 seguiu para a análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Os benefícios incluem a isenção do IPI na compra de máquinas e veículos utilitários. Também há previsão de abatimento do Imposto de Renda (IR) em razão da aplicação de recursos na recuperação de áreas degradadas e o recebimento de compensação financeira pela prestação de serviços ambientais.

Já o PLC 47/2017, da ex-deputada Tia Eron, viabiliza o acesso

das mulheres marisqueiras às políticas públicas disponíveis para a atividade pesqueira. O projeto foi aprovado na forma de um substitutivo (texto alternativo) e voltou à análise da Câmara.

Outros temas presentes nos projetos aprovados pela CRA foram a inclusão de peixes e outros produtos extrativos de origem animal na política de subvenção de preços para produtor rural (PL 2.104/2019), o aumento na tributação incidente sobre o arroz importado (PL 1.283/2019); a prorrogação do prazo para a titulação de imóveis rurais nas regiões de faixas de fronteira (PL 1.908/2019); e a isenção de IPI para agricultores familiares e cooperativas agrícolas na aquisição máquinas e equipamentos (PL 2.505/2019).

Também foram aprovados o PL 2.993/2019, que dá mais transparência e publicidade às normas sobre defesa agropecuária; o PLC 41/2017, que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade; o PLC 107/2018, que cria a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura; e o PL 778/2019, que reserva pelo menos 10% das vagas dos institutos federais de educação a alunos relacionados à agricultura familiar.

Debates vão subsidiar Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, diz Izalci

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Izalci Lucas (PSDB-DF), avaliou que o colegiado cumpriu seu papel de fiscalizar e aprovar projetos dentro de sua área de atuação. O senador fez um balanço das atividades da comissão desde que tomou posse, em fevereiro. Para ele, as audiências públicas marcaram os trabalhos no primeiro semestre, já que trouxeram informações para aprimorar os instrumentos de desenvolvimento regional.

— Estamos preparando um Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, utilizando os fundos setoriais. Vimos que o Banco do Brasil se preocupa muito com as garantias. Estamos trabalhando um meio-termo. Queremos alavancar o desenvolvimento.

Izalci disse que foram realizadas 11 audiências públicas, com participação de vários ministros. A primeira foi com o ministro de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, que apresentou programas e projetos do ministério para os próximos dois anos.

Em seguida, ocorreram audiências com os gestores dos fundos setoriais e dos órgãos



O ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, esteve na comissão, comandada por Izalci Lucas

de desenvolvimento regional. Izalci disse que os debates ofereceram as bases para a apresentação de um projeto maior de desenvolvimento regional.

Centros

Segundo o senador, outro grande projeto acompanhado pela comissão foi a estruturação dos centros de desenvolvimentos regionais (CDRs). Para ele, é a grande oportunidade de levar universidades e institutos de pesquisas aos municípios.

— Elegemos algumas cidades para a aplicação desse projeto-piloto, como Campi-

na Grande (PB), Campanha (RS), Itapeva (SP) e Brasília. A gente levanta a vocação de cada município e faz um trabalho em conjunto com o CNPq, a Capes, o MEC e outros ministérios.

Esse projeto dos CDRs nasceu em ação conjunta do MEC com a Câmara dos Deputados e têm agora a participação do Senado, explica Izalci. Em cada local é feito um levantamento do que se pode apoiar para dar vazão às possibilidades de desenvolvimento conjunto.

— Chegamos a ir ao Ministério da Educação explicar o programa duas vezes, porque mudaram os ministros. Va-

mos acrescentar os projetos das CDRs ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias — anunciou.

TAG

A venda da Transportadora Associada de Gás da Petrobras (TAG) foi o foco de duas audiências públicas requeridas pelo senador Jaques Wagner (PT-BA). Izalci destacou a necessidade de se ouvir o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que já foi convidado.

— Queremos ouvir do ministro o quanto se tem de construir dutos para transportar o petróleo do pré-sal. A TAG

construiu toda a infraestrutura que atualmente atende à Petrobras. Em cinco anos, o lucro da TAG amortizaria o empréstimo. Foi uma privatização de mãe para filho essa venda da TAG — avaliou.

A Comissão de Infraestrutura (CI) e a CDR vão realizar uma audiência conjunta com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, para conhecer os detalhes da privatização e de outros projetos.

— Como o STF decidiu favoravelmente às vendas de subsidiárias de empresas estatais, permitindo que essas empresas criadas sem autorização do Congresso possam ser vendidas sem a autorização do Congresso, sabemos que outras empresas serão vendidas. E queremos ouvir os ministros sobre como agirão — explicou Izalci.

O senador defendeu ainda a correção dos valores das bolsas de estudo e de apoio à pesquisa do CNPq e da Capes:

— Os valores das bolsas estão muito defasados. Temos de garantir que os recursos não sejam contingenciados. Não adianta botar muito recursos e interromper o seu fluxo — disse.